

BOLETIM INFORMATIVO 01/2015**VOCÊ SABIA?**

Ofensa em rede social gera indenização por danos morais. O Juizado Especial Cível de Itirapina condenou três internautas a pagarem R\$ 18 mil, por danos morais, a uma mulher que teve suas fotos íntimas divulgadas em rede social. Elas teriam exibido comentários ofensivos em relação às imagens e os compartilharam no Facebook.
http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=visualiza_noticia&id_caderno=20&id_noticia=125557

LEI SANCIONADA

Lei de Diretrizes Orçamentárias é sancionada, mas Dilma veta anexo de metas. A presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – Lei 13.080/15) de 2015 com 26 vetos, o dobro do ano passado, mas mais uma vez manteve as regras sobre orçamento impositivo das emendas parlamentares. Na prática, a LDO ficou sem metas gerais, mas, na mensagem de veto, a presidente deixa claro que o governo tem como prioridade as ações relativas ao PAC e ao Plano Brasil Sem Miséria. Acompanhe!
<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/480067-LEI-DE-DIRETRIZES-ORCAMENTARIAS-E-SANCIONADA,-MAS-DILMA-VETA-ANEXO-DE-METAS.html>

PROJETOS DE LEI E OUTRAS PROPOSIÇÕES

Projeto subordina bancos ao Código de Defesa do Consumidor Aguarda deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que caracteriza como relação de consumo as atividades exercidas pelas instituições financeiras junto a terceiros, sujeitando-as às normas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (CDC – Lei 8.078/1990). Conforme o autor do projeto (PLS 363/2014 – Complementar), senador Pedro Simon (PMDB-RS), desde a promulgação do CDC que se discute a legalidade da incidência das normas desse código nos serviços prestados pelas instituições financeiras. O código atribui a natureza de relação de consumo à atividade bancária, financeira, de crédito e securitária, mas essa norma tem sido questionada, explica Simon, pelo fato de a Constituição determinar que somente lei complementar pode regular o sistema financeiro. Fique por dentro!
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/26/projeto-subordina-bancos-ao-codigo-de-defesa-do-consumidor>

Proposta estimula reúso de água. A reutilização de água pode ganhar impulso no Brasil a partir de projeto de lei que cria incentivos tributários. Essa é a proposta do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que sugere a redução de 75% do Imposto de Renda para empresas produtoras ou distribuidoras de água de reúso e alíquota zero da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins que incidirem sobre a receita de venda ou de tratamento de água de reúso. Acompanhe e participe!
<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/26/proposta-a-estimula-reuso-de-agua>

DECISÃO**TAM é multada por não restituir passagem aérea não utilizada.**

A empresa TAM Linhas Aéreas foi multada em decisão administrativa do Procon de Anápolis/GO por não ter restituído valor de passagem aérea não utilizada dentro do prazo previsto em lei. Após a multa ter sido anulada em 1ª instância, o Procon interpôs recurso para reformar a sentença. A multa foi, então, restabelecida pelo desembargador Luiz Eduardo de Sousa, do TJ/GO.
<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI214449,51045-TAM+e+multada+por+nao+restituir+passagem+aerea+nao+utilizada>

ATIVIDADES BINI ADVOGADOS

Geração, apropriação e utilização do crédito acumulado de ICMS. O contribuinte paulista de ICMS enfrenta grande dificuldade sobre como é feita a apropriação e utilização do crédito acumulado que possui decorrente de determinadas operações que pratica. O e-CredAc - Sistema Eletrônico de Gerenciamento do Crédito Acumulado foi implantado em 1º de abril de 2010, através do qual, o contribuinte pode consultar e gerenciar o sistema de conta corrente dos créditos acumulados e, em contrapartida, a Fazenda Estadual consegue fiscalizar, de maneira muito mais rápida e eficiente, a geração e utilização dos mesmos. Para assessorar seus clientes de forma a maximizar sua atuação no mercado e solidificar ainda mais seus negócios, o BINI advogados esteve em São Paulo no dia 23 de janeiro num curso para capacitação dos profissionais que atuam na área fiscal, jurídico/tributária. Conheça mais sobre o assunto em:
http://www.fazenda.sp.gov.br/ecredac/perguntas_e_respostas/perguntas_e_respostas.asp

BINI Advogados e o Novo CPC. Seguiu para sanção presidencial, em meados de dezembro de 2014, o Novo CPC (Código de Processo Civil), matéria que tramitou no Congresso por mais de cinco anos, que foi concebido para simplificar, agilizar e tornar mais transparentes os processos judiciais na esfera civil. As novas regras processuais entram em vigor um ano após a sanção. Para acompanhar as alterações que têm papel de coadjuvante nas mudanças sociais, e influência direta em nossas vidas, toda a equipe do BINI Advogados acompanhou de perto os debates e explicações feitas em palestras oferecidas na Semana de Atualização do Novo CPC, através do Instituto Damásio, entre os dias 19 e 22 de janeiro, proferidas por grandes nomes do processo civil brasileiro, sendo alguns deles os próprios relatores da comissão encarregada da elaboração do projeto de lei do Novo CPC.
http://www.biniadvogados.adv.br/?page_id=1437

BINI Advogados agora em novo endereço! Desde o dia 17 de novembro de 2014 o BINI Advogados está na Rua Nicola Nardo, nº 109, sala 01, no bairro Morumbi. A Rua Nicola Nardo é a rua de acesso à portaria 02 do Clube Cristóvão Colombo, entrada pela Av. Cassio Paschoal Padovani. Mapa de localização em:
<http://www.biniadvogados.adv.br/>

Obrigado por nos prestigiar e nos colocamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos, críticas e sugestões. **ATÉ A PRÓXIMA!**